

Educação

Dilema Contemporâneos

Volume III

Lucas Rodrigues de Oliveira
Organizador



Pantanal Editora

2020

Lucas Rodrigues de Oliveira
(Organizador)

EDUCAÇÃO DILEMA CONTEMPORÂNEOS

VOLUME III



2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora. Capa e contra-capas: canva.com
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto González – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume III / Organizador Lucas Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 282p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-30-7 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319307</p> <p>1. Educação. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. I. Oliveira, Lucas Rodrigues de. CDD 370.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

Não há dúvidas de que a educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. A escola, para cumprir seu papel social, precisa, sim, ser colocada em xeque – é preciso refletir sobre a educação!

Analisando o percurso histórico da educação nacional, não se pode negar que muitos avanços já aconteceram, mas não sem muita luta e empenho de educadores e outros agentes envolvidos com a escola e com a sua universalização. Por isso, as discussões acerca da educação não devem ser abandonadas.

A presente obra tem como objetivo oportunizar a vários pesquisadores, professores e estudantes momentos para contribuírem, de forma significativa, com reflexões acerca dos processos que envolvem a educação brasileira. Assumimos, desde já, que as questões que envolvem a contemporaneidade da educação não conseguirão ser esgotadas aqui!

Lucas Rodrigues de Oliveira

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I	7
Diálogo, trabalho docente, interdisciplinariedade e o legado de Paulo Freire à educação emancipadora.....	7
Capítulo II	14
Militarização da escola pública: a solução dos problemas?	14
Capítulo III	29
A reforma no Ensino Médio brasileiro na visão de gestores de escolas da cidade de Ubá, MG ...	29
Capítulo IV	44
A Invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência	44
Capítulo V	54
Formação inicial de professores: concepções pedagógicas progressistas e aplicacionistas e a identidade docente	54
Capítulo VI	76
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.....	76
Capítulo VII	97
Gênero e sexualidade na escola na era Bolsonaro: retrocessos e resistências	97
Capítulo VIII	119
PROEJA e Cultura Afro-Brasileira: Dicotomias visíveis a partir da Análise Documental	119
Capítulo IX	147
História, Filosofia e Didática das Ciências: uma análise a partir do Currículo dos cursos de formação de Professores em Ciências/Química	147
Capítulo X	159
Cartas do isolamento: reinvenção do existir	159
Capítulo XI	170
Como fazer escola sem estar na escola: reflexões pela ótica da complexidade.....	170
Capítulo XII	182
Riscos para a Educação mediante a agenda neoliberal no contexto da Pandemia do Covid-19..	182

Capítulo XIII	194
As histórias em quadrinhos como fomento para o incentivo e a formação leitora em tempos de pandemia	194
Capítulo XIV	206
Luiz Agassiz (1817-1873): racismo e eugenia na bagagem do viajante	206
Capítulo XV	239
O direito à educação na legislação brasileira e a judicialização da educação como garantia desse direito	239
Capítulo XVI	258
Grêmios de professores públicos do Paraná: O I congresso de professores públicos do estado do Paraná (1910)	258
Sobre o Organizador	278
Índice Remissivo	279

A Invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência

Recebido em: 15/09/2020

Aceito em: 22/09/2020

 10.46420/9786588319307cap4

Isadora Oliveira Serra^{1*} 

Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira² 

Terezinha Teixeira Joca³ 

Marilene Calderaro Munguba⁴ 

INTRODUÇÃO

Com base na experiência das autoras na área de educação inclusiva no Ensino Superior, percebeu-se pouco ou quase nada de publicação científica sobre os temas de sexualidade e gênero relacionados à pessoa com deficiência (PcD), como também uma esquivas das pessoas com deficiência e de seus familiares ao falar sobre a temática, devido à percepção da PcD numa perspectiva infantilizada ou a colocarem no lugar de assexuada. Desse modo, tomamos como ponto de partida um estudo de pesquisa integrativa, realizado anteriormente, pelas autoras, “A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade” (Serra et al., 2020), desenvolvido na plataforma Scielo, abordando publicações no período de duas décadas, a partir do novo milênio, o qual revelou haver uma literatura escassa e que adentrar nessa temática pode ser um grande desafio. Constatação que impactou as autoras, pois,

as publicações sobre a temática com a triangulação deficiência, sexualidade e gênero, mostram-se escassas e espaçadas, tendo um espaçamento de meia década entre os anos de 2007 e 2012, posteriormente, passam a surgir um artigo por ano, até que em 2019, surgem dois artigos publicados, no mesmo periódico (Serra et al., 2020).

¹ Psicóloga, pela Universidade de Fortaleza; Membro do Grupo de Estudo Papeando (Con)texto) da Universidade de Fortaleza; Membro associado em formação básica ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, Seção Fortaleza. Rua João Carvalho, 800, sala 704, CEP 60140-140, Aldeota, Fortaleza, Ceará, Brasil.

² Psicóloga, pela Universidade de Fortaleza; Pós-graduanda em Neuroeducação pelo Centro Universitário Christus; Membro do Grupo de Estudo Papeando (Con)texto) da Universidade de Fortaleza; Psicóloga Social do Instituto Cuca. Rua João Carvalho, 800, sala 704, CEP 60140-140, Aldeota, Fortaleza, Ceará, Brasil.

³ Doutora em Psicologia, pela Universidade Autónoma de Lisboa; Psicóloga, pela Faculdade de Filosofia do Recife; Professora e Coordenadora do Programa de Apoio Psicopedagógico da Universidade de Fortaleza; Coordenadora do Grupo de Estudo Papeando (Con)texto). Av. Washington Soares, 1321, sala 12, CEP 60811-905, Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, Brasil.

⁴ Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora Adjunta do Departamento de Letras-Libras e Estudos Surdos da Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2683, Bloco Diretoria CH, CEP 60020-181, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brasil.

* Autor de correspondência E-mail: isadoraoserra@gmail.com

A partir de então, foi proposto este ensaio com o objetivo de refletir, de forma articulada, entre os estudos existentes sobre a pessoa com deficiência e a temática de sexualidade e gênero.

E para tal, deve-se compreender os conceitos envolvidos. Então, a deficiência, quando tomada por uma perspectiva biomédica, é percebida a partir de uma falta e de uma condição incapacitante. Desse modo, a pessoa passa a ser vista como alguém que não teria autonomia sobre o seu corpo e, muito menos, desejos. Assim, o modelo educacional a coloca como alguém que necessita de cuidados e proteção. E este foi o modelo dominante por longo período; só a partir da década de 1990, os estudos trouxeram a perspectiva da deficiência com ênfase no social, como assinalam Duque e Ruiz (2018):

o modelo social entende que a origem da deficiência está na sociedade, na medida em que as dificuldades, o isolamento ou o paternalismo enfrentado pela população com deficiência é fruto de uma sociedade que falhou em lhes oferecer uma inclusão real.

Corroboram essa perspectiva Magnabosco e Souza (2019) ao afirmarem que “o modelo social negligencia os impactos que a lesão/deficiência traz para os corpos dos sujeitos por localizar as desvantagens da deficiência nas estruturas sociais que mantêm a desigualdade”.

Nesse sentido, percebe-se que a deficiência se torna tão mais grave quanto maior for a postura da sociedade, que limita a participação da pessoa com deficiência como cidadã capaz de fazer as suas próprias escolhas. A família que segue os ditames sociais e não vê a potencialidade e a autonomia que possa existir no seu integrante com deficiência desenvolve atitudes protetoras que retardam o desenvolvimento do sujeito e o infantilizam. Muitas vezes, tomando-o como alguém desprovido de sexualidade.

O presente texto se caracteriza como ensaio acadêmico, sobre o qual Pereira (2013) argumenta que “(...) necessariamente deve articular pensamento e escrita, enunciando um problema e, em seguida, exercitando o juízo de modo que explore ponderações, posições possíveis e conclusões plausíveis”.

Adotou-se como base para a reflexão neste ensaio, uma pesquisa integrativa realizada pelas autoras em 2020, sob a temática “A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade” (Serra et al., 2020).

Assim, enfatizamos que Souza et al. (2010) e Mendes et al. (2008) indicam que a revisão integrativa busca o aprofundamento em um tema específico, a partir do levantamento da produção científica existente, que possibilite o uso de seus resultados na práxis. Desse modo, a partir da constatação da reduzida bibliografia existente e da experiência das autoras com a temática, foi proposta a elaboração deste ensaio com o objetivo de refletir de forma articulada sobre os estudos existentes voltados à pessoa com deficiência e à temática de sexualidade e gênero.

REVISITANDO O ESTUDO ORIGINAL

No estudo original, dos 3927 artigos encontrados na primeira fase ao se buscar a temática pelo descritor “deficiência” foi refinado com emparelhamento “deficiência e sexualidade” na segunda fase que indicou 35 artigos; restaram 9 artigos na terceira fase, a partir da triangulação dos descritores “deficiência, sexualidade e gênero”, como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados na pesquisa bibliográfica. Fonte: Serra et al (2020).

Periódico	Título	Autoria	Ano
Rev. Estud. Fem.	Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola	Oltramari, L. C. & Gesser, M.	2019
Rev. Estud. Fem.	Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência	Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F	2019
Sex., Salud Soc.	Norma, integración y desafío. Representaciones masculinas de varones con discapacidad física	Navone, S. L.	2018
Horiz. Antropol.	Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e <i>performance</i> no esporte sob perspectiva crítica	Camargo, W. X., & Kessler, C. S.	2017
Rev. bras. educ. espec. Ciênc. saúde coletiva.	Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento	Dantas, T. C., Silva, J. S. S., & Carvalho, M. E. P.	2014
Physis	Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde	Nicolau, S. M., Schraiber, L. B., & Ayres, J. R. de C. M.	2013
Physis	Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes	Bastos, O. M., & Deslandes, S. F.	2012
Rev. Dep. Psicol.-UFF	A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida	Silva, L. C. A. da, & Albertini, P.	2007
Rev. Bras. Educ. Espec.	Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva	Cursino, H. M., Rodrigues, O. M. P. R., Maia, A. C. B., & Palamin, M. E. G.	2006

É possível perceber o espaçamento significativo entre uma publicação e outra, indicando que no período de 20 anos, na plataforma Scielo, foram encontrados apenas 9 artigos, sendo que o primeiro estudo publicado, por Cursino et al. (2006), versava sobre a necessidade de orientação sexual para jovens com deficiência auditiva, nos programas de reabilitação. E no ano seguinte, Silva e Albertini (2007) trouxeram a questão da sexualidade masculina e a pessoa com deficiência física, o que foi retomado nos estudos de Navone (2018).

Com um olhar direcionado para a mulher com deficiência, foram encontrados os estudos de Nicolau et al. (2013), Dantas et al. (2014) e Gomes et al. (2019). Já Bastos e Deslandes (2012) trazem o olhar dos pais de pessoas com deficiência mental (termo já não utilizado na atualidade). Após a revisão da literatura, ainda foi percebido que dois dos artigos selecionados na fase 3, a deficiência surge de outra ordem como a falta de testosterona e a questão da sexualidade e gênero no esporte, no estudo de Camargo e Kessler (2017). Como também, o estudo de Oltramari e Gesser (2019) relata sobre um curso de formação para professores sobre gênero e diversidade, mas não abordam a pessoa com deficiência.

A partir do exposto, algo que inquieta as autoras e chama para reflexão é a invisibilidade da sexualidade das pessoas com deficiência, não só nos contextos sociais, assim como na literatura. Como se a pessoa com deficiência fosse desprovida de desejo. Como assinala Foucault (1999): “A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não manifestação, e de mutismo”. E, essa lógica, é muito mais enfática quando se trata da pessoa com deficiência.

A CONFLUÊNCIA COM GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A sexualidade é algo inerente ao ser humano, entretanto, há a tendência de negar a sua existência nas pessoas com deficiência, como assegura Maia (2016): “A Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo os direitos sexuais, reconhece que os direitos devem ser iguais a todas as pessoas, sem distinção, incluindo as pessoas com deficiências”. Entretanto, o que se percebe é a invisibilidade dessas pessoas quando se trata dessa temática.

Acresce que, em geral, nas mesas de discussão sobre o tema, essas pessoas são eliminadas. E “esse silenciamento ou a reduzida possibilidade de falar sobre suas vidas estão diretamente implicadas com as próprias relações de poder, que historicamente foram legitimando o poder de médicos, pais, professores, psicólogos para dar voz às pessoas com deficiência” (Oliveira; Araújo, 2018).

Essa inexistência do sujeito, imposta pela sociedade, para falar de sua sexualidade e gênero, é percebida em situações em que mulheres grávidas, usuárias de cadeira de rodas, são interpeladas sobre “quem fez isso com elas”, denotando a opinião que para uma dessas mulheres engravidar, só poderia ser consequência de violência sexual. Também se identifica essa inexistência de forma clara na comunicação. Em seus estudos, sobre surdez e sexualidade, Guimarães et al. (2019) enfrentaram dificuldade para entrevistar os sujeitos surdos pela não existência do sinal para palavra sexualidade em Libras e passavam a usar a datilografia. Enquanto, França (2014) aponta para dificuldade de o cego ter as informações sobre os materiais publicados sobre saúde preventiva e doenças sexualmente transmissíveis, por não serem acessíveis em braile ou em áudio. Isso nos remete a pensar sobre o direito

do cidadão, que deixa as pessoas com deficiência em situação de exclusão. Além de não considerar a subjetividade do sujeito PcD.

Rememorando as considerações sobre o modelo biomédico acerca da deficiência, supomos que existem várias formas de compreensão e que deste fator decorrem impactos políticos e sociais. Em sua pesquisa sobre os estudos e feministas vinculados a deficiência, Gomes et al. (2019), apresenta como o modelo biomédico promove opressão sobre esse grupo, facilitando seu estado de vulnerabilidade e estabelecendo condições de vida frágeis e instáveis. Diante da instalação de um padrão normativo de corpo, a pessoa que foge deste arquétipo classifica-se distante daquilo que é aceitável pela sociedade. E para além do corpo em si, esse modelo também indica um tipo de reação sexual normal, o que produz uma ideia de assexualidade sobre a pessoa com deficiência, tornando sua liberdade restringida, e seus direitos vetados sobre sua autonomia sexual e reprodutiva. Neste sentido Gomes et al. (2019) afirmam,

Outra contribuição se refere à preocupação em tornar as vidas não normativas mais inteligíveis, especialmente as das mulheres com deficiência que sofrem uma dupla condição de opressão e vulnerabilidade. A defesa da deficiência como categoria de análise também se apresenta como uma contribuição com um importante potencial analítico e político.

Continuando as considerações do aspecto do corpo social normativo, Silva e Albertine (2007) realizaram um trabalho refletindo sobre a sexualidade masculina no caso da paraplegia adquirida. Ainda se tratando do formato biomédico, os autores afirmam que ao se atentar para a deficiência, encontra-se a ideia de um corpo “danoso ou anormal” em sua estrutura e funções, o que refere de forma enfática à incapacidade do sujeito. Entretanto, ao ponderar sobre a pessoa com deficiência adquirida, para além de questões corporais, os autores se pronunciam sobre as sequelas psicológicas que repercutem em sua realidade, que podem aludir dois momentos diferentes de enfrentamento, um voltado para o processo de início e aceitação de um novo movimento de vida, e outro relacionado à comparações com o outro ou consigo mesmo antes do acontecimento da deficiência. De acordo com Silva e Albertine (2007) *apud* Moor (1973),

Mais especificamente sobre as deficiências adquiridas, Moor (1973) destaca dois aspectos: o primeiro diz respeito ao momento de sua instalação, que pode impedir ou frustrar projetos típicos da idade que se vive; o segundo coloca a questão de para quem se é pessoa com deficiência, se para os outros ou para si mesmo, assinalando que diferente de uma deficiência congênita, em que o indivíduo cresce e se desenvolve lidando com seus efeitos, as pessoas com deficiências adquiridas podem comparar-se consigo mesmo em dois momentos distintos, gerando sentimentos de menos valia.

Ao abordar o tema da sexualidade de pessoas com deficiência, Navone (2018) aponta para a relação do sistema capitalista que transforma o corpo com deficiência ou em produto de consumo ou em consumidor, isto é, tornando-lhe um exemplo de vida para vender livros de autoajuda, por exemplo, ou lhe medicalizando cada vez mais com o intuito de lhe “consertar”.

Já Dantas et al. (2014) abordam essa temática a partir dos papéis de gênero e de concepções antiquadas acerca da pessoa com deficiência. As autoras demonstram os efeitos ainda mais danosos do patriarcado sobre as mulheres com deficiência, enfatizando essa dupla vulnerabilidade marcada, tanto pelo sexismo institucionalizado que gera subordinação e opressão, quanto pelo capacitismo que desvaloriza e exclui as pessoas com deficiência.

Ainda há na sociedade, de forma geral, uma concepção arraigada sobre a PcD como eternamente inocente e dependente, incapaz de ter controle sobre as escolhas que dizem respeito a sua própria vida. Deste modo, as pessoas com deficiência muitas vezes têm sua história de vida limitada “à voz de autorização de seus responsáveis” (Dantas et al., 2014). A superproteção de pais, responsáveis ou cuidadores de PcD contribui para a ausência de autonomia e participação social dessas pessoas. Dantas et al. (2014) ressaltam a relevância do empoderamento das PcD porque as torna responsáveis pelas escolhas e decisões que tomam em suas vidas.

No estudo de Bastos e Deslandes (2012) pode-se observar nas narrativas de pais/responsáveis de jovens com deficiência intelectual que o viés de gênero e a influência da religião atuam de modo negativo no que diz respeito à aceitação e compreensão das expressões de sexualidade desses jovens. Alguns dos pais entrevistados revelaram reprimir os filhos por se masturbarem; uma mãe relatou práticas mais severas como agressão física.

Grande parte da população brasileira é religiosa, e sabe-se que muitas religiões detêm valores cobertos de preconceito em relação à sexualidade. Além disso, as pessoas com deficiência geralmente estão sob constante supervisão de responsáveis/cuidadores e possuem menos privacidade; este fato pode contribuir para “maior visibilidade de seu comportamento sexual” (Bastos; Deslandes, 2012). Em síntese, percebe-se que, de acordo com o senso comum, a sexualidade das PcD é definida de forma extrema: ou são anjos, puros e inocentes, ou são feras, hiperssexuais e pervertidos.

Em seu programa de orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva, Cursino et al. (2006) perceberam que esses jovens demonstravam “dificuldades em lidar com questões práticas do cotidiano”, por exemplo, assuntos como relacionamentos amorosos, típicos da faixa etária, e a habilidade de diferenciar o que é público e o que deve ser privado, algo que é importante para a convivência em sociedade. Segundo as autoras, isso se dá devido à insuficiência de informações e ausência de espaço para discutir e refletir acerca dessas e outras questões de importância para todos os cidadãos. Frequentemente, pessoas com deficiência não têm à disposição na família, escola ou organizações outras pessoas dispostas a esclarecer dúvidas e abordar temas comuns, porém fundamentais, como privacidade, afetividade, relação sexual, entre outros (Cursino et al., 2006).

Assim, as pessoas com deficiência podem ser prejudicadas de duas maneiras, que merecem bastante atenção: primeiro, por serem privadas de vivenciar experiências como relacionamentos

amorosos, relação sexual, maternidade/paternidade, além de outras questões como escolarização, entrar no mundo do trabalho e buscar independência - todas experiências que podem trazer satisfação; e, em segundo lugar, por ficarem desinformadas acerca de relacionamentos afetivos, orientações sexuais, fantasias sexuais, e também desprotegidas em relação a formas de prevenir gravidez, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), e abuso sexual, por exemplo (Cursino et al., 2006).

Ao refletirmos sobre as equipes inter e transdisciplinares que acompanham essas pessoas e suas famílias, voltamo-nos para a formação desses profissionais. Segundo Silva (2016) a ausência de disciplinas sobre sexualidade em cursos de graduação da área da saúde, incluindo terapia ocupacional, representa uma falha na formação profissional que produz como consequências comportamentos que geram desconforto entre profissional e paciente, devido à dificuldade de tratar desse assunto de forma natural, sem fundamento em tabus ou crenças discriminatórias do senso comum. Além disso, Silva (2016) reflete acerca do olhar biopsicossocial sobre o sujeito, enfatizando a atenção do profissional para o contexto cultural, social etc. A autora afirma, ainda, que a escassez de informação sobre o tema pode influenciar o comportamento dos profissionais no sentido de que eles sequer abordam o tópico da sexualidade de seus pacientes, negligenciando a importância desse aspecto na vida das pessoas (Silva, 2016).

Por outro lado, em seu estudo sobre intervenção de profissionais de terapia ocupacional no desempenho ocupacional na sexualidade de pessoas com lesão medular, Almeida et al. (2018) afirmam que “as alterações orgânicas não devem inibir a continuidade das atividades inerentes ao sujeito, tais como a sexualidade”; sugerem, ainda, que os profissionais de saúde devem compreender a sexualidade como algo que não só se estende para além do comportamento biológico, mas também que é um processo natural aos indivíduos sem distinção: “o ato sexual é definido como algo relacionado à fisiologia, contudo, a sexualidade representa o ser humano em sua plenitude”. Desta maneira, observa-se alguns esforços para que o tema da sexualidade das pessoas com deficiência seja tratado como um direito o qual deveria ser igual para todas as pessoas.

A Psicologia vem se aproximando dos Direitos Humanos e inserindo-se nas políticas públicas para que amplie a sua visão clínica para uma dimensão mais social e possa atender a uma gama de pessoas, que se encontram marginalizadas dos espaços clínicos em decorrência do pouco conhecimento das especificidades das pessoas com deficiência, seus desejos e direitos. Os profissionais, aos poucos, começam a deixar a perspectiva biomédica e de reabilitação e passam a reconhecer a importância de trazer a relevância de uma visão que ponha o foco na forma de constituição da subjetividade dessas pessoas.

Identificamos que os terapeutas ocupacionais, na sua formação, considerando o modelo social da deficiência, têm ressignificado a abordagem da sexualidade e o exercício dela, como um dos seus

objetivos de prática profissional. Tanto no acompanhamento da PcD como de suas famílias, a escuta, a orientação, e até mesmo a discussão de estratégias para fomentar a expressão da sexualidade (incluindo as questões de gênero), de forma natural, como uma das atividades cotidianas. Além de se voltar para a Terapia Ocupacional Social que tem foco nas relações sociais interpessoais e funcionalidade e participação social, assim como na intersetorialidade na vivência das políticas públicas.

Com essa visão diferenciada de ambos profissionais (psicólogos e terapeutas ocupacionais), torna-se possível uma práxis que considere a PcD em sua potencialidade e subjetividade, com possibilidades de escolhas e desenvolva a sua autonomia em seu projeto de vida e que possa reconhecer as questões de gênero e sexualidade como as pessoas que não trazem o estigma da deficiência.

Defendemos, portanto, a demanda de, na formação de profissionais que têm o privilégio de acompanhar essas pessoas e suas famílias, seja enfatizado um processo de sensibilização e aporte teórico sobre a desmistificação da temática e reduzir a invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência, com vistas a contribuir para tornar essas pessoas visíveis na sua completude. Isso pode fomentar mudanças significativas voltadas à promoção de seu empoderamento e consequente exercício da sua cidadania com plenitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida S, Souza RF, Zanona AF (2018). Intervenção da terapia ocupacional no desempenho ocupacional na sexualidade de pessoas com lesão medular: relato de caso. *Revista Ocupación Humana*, 18(1): 50-64.
- Bastos OM, Deslandes SF (2012). Sexualidade e deficiência intelectual: narrativas de pais de adolescentes. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(3): 1031-1046
- Camargo WX, Kessler CS (2017). Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 23(47): 191-225.
- Cursino HM, Rodrigues OMPR, Maia ACB, Palamin MEG (2006). Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(1): 29-48.
- Dantas TC, Silva JSS, Carvalho MEP (2014). Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4): 555-568.
- Duque JAP, Ruiz AL (2018). Intersecciones de género y discapacidad. La inclusión laboral de mujeres con discapacidad. *Sociedad y Economía*, 35: 158-177.
- França DNO (2014). Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira. *Revista Bioética*, 22(1): 126-133.

- Gomes RB, Lopes PH, Gesser M, Toneli MJF (2019). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 27(1): 1-12.
- Guimarães VMA, Santos F, Santos BFS, Silva JP (2019). Surdez e sexualidade: uma análise a partir das representações sociais de universitários surdos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2): 387-405.
- Foucault M (1999). *História da sexualidade: a vontade de saber*. v.1. 13a ed.; Tradução Costa MT Albuquerque JAG. Rio de Janeiro: Graal.
- Magnabosco MB, Souza LL (2019). Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 27(2).
- Maia ACB (2016). Vivência da sexualidade a partir do relato de pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em Estudo*, 21(1): 77-88.
- Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4): 758-764.
- Navone SL (2018). Norma, integración y desafío: representaciones masculinas de varones con discapacidad física. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Rio de Janeiro*, 29: 75-98.
- Nicolau SM, Schraiber LB, Ayres JRCM (2013). Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciências e saúde coletiva*, 18(3): 863-872.
- Oliveira AFTM, Araújo CM (2018) “Mãe é down”: a sexualidade da pessoa com deficiência na trama discursiva da Revista Época. *Revista Educação Especial*, 31(60): 215-228.
- Oltramari LC, Gesser M (2019). Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. *Revista Estudos Feministas*, 27(3): 1-14.
- Pereira MV (2013). Escritura acadêmica: del excesivo al razonable. *Revista Brasileira de Educação*, 18(52): 213-244.
- Serra IO, Joca TT, Oliveira ARMN, Munguba MC (2020). A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. *Research, Society and Development*, 9(8): e728986157.
- Silva LCA, Albertini P (2007). A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida. *Revista do Departamento de Psicologia*. 19(1): 37-48.
- Silva TM (2016). *Sexualidade e deficiência: o que terapeutas ocupacionais produzem sobre isso?*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade de Brasília.
- Souza MT, Silva MD, Carvalho R (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1): 102-106.

SOBRE O ORGANIZADOR

ID LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agassiz, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235
aluno, 11, 23, 24, 33, 36, 38, 39, 62, 86, 87, 104, 130, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 195, 200, 201
análise de conteúdo, 119
aprendizagem, 15, 16, 22, 23, 26, 30, 40, 55, 56, 60, 67, 68, 73, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 103, 109, 112, 142, 147, 153, 154, 155, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 201, 202, 203, 204
avaliação, 20, 24, 33, 41, 68, 82, 102, 105, 115, 142, 153, 172, 210, 254

B

BNCC, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 86, 106, 107, 108, 111, 112
Brasil, 3
burguesia, 206, 208, 210, 220, 230, 231, 257, 260, 261, 263, 268

C

cartas, 158, 164, 167, 240
coletivo, 10, 66, 83, 91, 104, 114, 142, 165, 167, 172, 176, 252
colonização, 29, 221, 225, 233
complexidade, 16, 80, 84, 93, 99, 114, 169, 173, 174, 178
cooperatividade, 177
Covid-19, 7, 159, 164, 165, 180, 191
cultura, 10, 18, 19, 26, 37, 60, 67, 69, 70, 71, 77, 80, 82, 85, 86, 90, 110, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 174, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221,

222, 228, 234, 235, 237, 248, 255, 256, 262, 265

currículo, 30, 36, 37, 38, 40, 58, 64, 74, 75, 77, 108, 112, 119, 120, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 172, 240

D

democratização, 61, 77, 84, 88, 91, 93, 125, 177, 186, 191, 262
desigualdades sociais, 61, 69, 71, 72, 77, 82, 83, 102, 103, 173, 175, 177, 179, 181, 186, 249, 263
diálogo, 7, 8, 9, 10, 31, 55, 56, 87, 90, 98, 119, 195
didática, 62, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 172, 179, 191, 197, 259
direito, 20, 30, 47, 50, 65, 71, 77, 78, 85, 96, 101, 102, 111, 113, 123, 124, 125, 140, 142, 167, 178, 184, 191, 194, 218, 238, 239, 241, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 275
direitos humanos, 47, 50, 109, 134
docência, 54, 62, 63, 66, 74, 81, 84, 87, 92, 146, 192

E

educação, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 118, 119, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 143, 144, 151, 152, 153, 154, 156, 166, 171, 172, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250,

251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 280

educativa, 10, 73, 80, 96, 180, 211, 245, 257, 265

ensino, 17, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 102, 106, 108, 112, 114, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 219, 220, 223, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273

médio, 15, 17, 21, 22, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 118, 120, 127, 131, 133, 134, 141, 144, 151, 243

remoto, 61, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 189

ensino-aprendizagem, 153, 175

envelhecimento, 160, 165

escola, 4, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 114, 115, 116, 129, 132, 137, 151, 153, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 185, 188, 190, 194, 200, 201, 218, 236, 240, 243, 248, 249, 254, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 275

pública, 7, 14, 21, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 53, 56, 62, 78, 80, 87, 88, 92, 94, 116, 218, 240, 249, 265, 269

estudantes, 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 46, 52, 54, 62, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 104, 107, 121, 122, 127, 132, 133, 147, 153, 171, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 200, 201, 202

eugenia, 205, 206, 208, 209, 211

F

formação, 12, 14, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 37, 38, 39, 41, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 102, 106, 109, 112, 115, 120, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 172, 173, 175, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 197, 198, 204, 210, 220, 226, 227, 241, 257, 259, 260, 265, 266, 267, 272, 273

de professores, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 75, 76, 79, 81, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 146, 147, 149, 152, 153, 156, 204, 267

humana, 115, 173, 182, 187, 188, 190, 191

leitora, 193, 195, 197, 198

função social, 80, 173, 176

G

gênero, 7, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 68, 85, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 140, 141, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 213, 219, 221

gestão escolar, 19, 20, 30, 91, 92

H

história, 4, 9, 10, 11, 19, 39, 46, 49, 51, 55, 62, 85, 93, 97, 102, 109, 123, 128, 129, 130, 136, 138, 140, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 195, 196, 199, 207, 211, 212, 219, 224, 225, 233, 234, 239, 249, 254, 256, 257, 263, 266, 270, 271, 273, 274, 275

em quadrinhos, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204

humano, 10, 16, 47, 50, 55, 67, 68, 71, 86, 139, 160, 164, 167, 178, 187, 198, 202, 219, 250, 274

I

identidade, 8, 30, 31, 53, 58, 62, 72, 96, 98, 100, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 135, 140, 143, 206, 226, 263, 264
impactos, 20, 45, 47, 158, 179, 191
imprensa
educacional, 272, 273
Paranaense, 257
independência, 16, 49, 102
instituições escolares, 34, 218, 273
invisibilidade, 47, 51, 143
isolamento, 45, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 178, 189, 190, 193, 194, 201
itinerários formativos, 33, 37, 38, 40

J

judicialização da educação, 238

L

legislação, 34, 63, 64, 76, 78, 85, 88, 89, 114, 216, 238, 242, 243, 254
leitura, 9, 23, 25, 35, 116, 120, 121, 124, 126, 133, 136, 143, 144, 158, 160, 178, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 219, 239, 241, 249, 255, 256, 258, 270, 271

M

mercantilização, 181, 186, 192
militarização, 14

N

neoliberalismo, 72, 103, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192

P

pandemia, 4, 7, 105, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 200, 202, 203, 204, 280

Paulo Freire, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 55
pensamento complexo, 172, 173
percepções dos estudantes, 16
pessoa com deficiência, 44, 45, 46, 47, 48, 52
plano de curso, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 137, 142, 143
prática pedagógica, 56, 57, 62, 80, 106, 153, 154
precarização, 64, 66, 181, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 192
processo de adequação, 41
professor, 11, 17, 37, 39, 41, 42, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 73, 74, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 104, 105, 149, 152, 153, 154, 156, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 185, 186, 187, 188, 201, 202, 207, 218, 259, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273
professores da rede pública, 106, 257
profissionais da educação, 60

Q

química, 55, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

R

racismo, 4, 113, 139, 140, 141, 143, 205, 206, 208, 209, 280
reforma, 29, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 58, 64, 65, 66, 75, 76, 87, 89, 102, 176, 186, 226, 241, 243, 244, 246, 247, 256
retrocesso, 106, 246
revista “A Escola”, 257, 258, 259, 264
Rondônia, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28

S

sexualidade, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

V

viajante, 205, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216,
217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226,
230, 231, 232, 234



Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

ISBN 978-658831930-7



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br